



Pacto de Brasília

ANAFISCO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCALIS
DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil



FENAFIM
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES
E FISCALIS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

FENAFISCO
Federação Nacional do
Fisco Estadual e Distrital

SINDIFISCO NACIONAL
Associação Nacional de Fisco Municipal do Brasil

SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

UNAFISCO NACIONAL
Associação Nacional dos Auditores
Fiscais de Receita Federal do Brasil

Carreiras de Estado da Administração Tributária de União, Estados, DF e Municípios

MANIFESTO DO PACTO DE BRASÍLIA

SUBSTITUTIVO DA PEC 45/2019 ATENTA CONTRA O PACTO FEDERATIVO E FRAGILIZA A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

As entidades signatárias deste documento, representantes dos servidores das carreiras específicas da Administração Tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, integrantes do Pacto de Brasília, alertam sobre o texto do substitutivo preliminar da Proposta de Emenda Constitucional 45/2019, apresentado em 22 de junho último, pelo deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP/PB).

- a)** A instituição do denominado Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, inserido no artigo 156-B do projeto, subordina a administração tributária dos entes subnacionais e, ainda, pode ser integrado por representantes da iniciativa privada;
- b)** A proposta pode colocar em risco a fazenda pública e comprometer o sigilo das operações mercantis, dos dados, da vida privada e da intimidade dos cidadãos, atentando contra os direitos individuais e a segurança dos contribuintes;
- c)** O órgão centralizador proposto abre a possibilidade de os recursos públicos serem geridos por uma entidade concentradora da gestão da arrecadação tributária nacional, com livre arbítrio sobre o repasse aos entes subnacionais;

- d) As decisões administrativas em matéria tributária, em evidente aberração, inadmissível em países desenvolvidos, poderão ser tomadas pelos próprios litigantes, ao invés de serem atribuído dos servidores de carreira da administração tributária.
- e) O Conselho Federativo afronta o pacto federativo, mitiga a autonomia dos entes federados e, por consequência, coloca em risco o próprio conceito de democracia.

Diante desses alertas, o Pacto de Brasília destaca ser essencial que a proposta da Reforma Tributária seja amplamente debatida e reformulado o substitutivo apresentado, considerando os riscos mencionados pelas entidades signatárias, de modo a construirmos uma legislação justa, eficiente e que respeite os direitos e garantias, a privacidade dos contribuintes, o federalismo fiscal, a segurança jurídica, a estabilidade das instituições tributárias e a autonomia dos entes subnacionais.

O que é o Pacto de Brasília?

Colegiado integrado pelas representações associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, constituído em 2019 para defender princípios em defesa da sociedade, da redução da desigualdade social e da administração tributária de Estado.

ANAFISCO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

FEBRAFISCO - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SINDICATOS DAS CARREIRAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

FENAFIM – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES E FISCAIS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

FENAFISCO - FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

SINDIFISCONACIONAL – SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SINDIRECEITA - SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

UNAFISCO NACIONAL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

